

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE DIREITO
Disciplina Direito do Trabalho I
Prof. Amauri Cesar Alves

QUESTÕES DISCURSIVAS – ESTUDO DE CASOS – DIREITO DO TRABALHO I

ANTERIORES À “REFORMA TRABALHISTA”

ATENÇÃO. Questões formuladas no âmbito do DEDIR/UFOP. Permitida a utilização externa (transcrição, cópia, etc.) desde que expressamente mencionada a fonte.

QUESTÃO Nº 1. (UFOP, 2/2015) Antônio, Policial Militar (ativa) do Estado do Rio de Janeiro desde 1990, interessou-se, paralelamente às suas atividades, pela possibilidade de prestar serviços como "Agente Patrimonial" (vigilante desarmado) da Igreja Deus é Deus (IDD), fictícia, que frequenta como fiel desde 2010. Para tanto foi entrevistado pelo Missionário Justo Silva (fictício) para assumir a função, que tem como tarefas a organização do trânsito interno (pátio e estacionamentos) e a segurança dos frequentadores da Catedral da instituição, no bairro de Del Castilho. Após ser aprovado na entrevista Antônio passou, em 02/02/2015, a desenvolver suas atividades às segundas e quartas-feiras, de 18:00 às 22:00 horas, sempre atento às determinações inflexíveis de Justo quanto ao seu trabalho, que lhe pagava R\$100,00 por dia (diária), contra recibo em que se lia "RPA – Recibo de Pagamento de Autônomo". Na oportunidade Antônio pediu que o RPA fosse formalizado apenas em uma via (a sua), pois não gostaria de deixar provas materiais de seu trabalho como vigia, dada a vedação legal de que policiais militares exerçam atividades laborativas paralelas. Recentemente houve uma desavença entre Antônio e Justo, o que resultou na paralisação da prestação de serviços. Assim, Antônio ajuizou ação trabalhista para ter seu vínculo jurídico reconhecido, pois entende preenchidos todos os elementos fático-jurídicos, tanto formais quanto caracterizadores da relação empregatícia. A IDD se defendeu com os seguintes argumentos: trabalho autônomo, trabalho eventual, trabalho religioso e objeto ilícito, uma vez que policiais militares são proibidos, nos termos da lei, de realizar atividades como seguranças privados. Diante do exposto, responda, fundamentadamente:

a) Existe vínculo jurídico empregatício entre Antônio e Igreja Deus é Deus?

SIM NÃO

Justificativa fundamentada.

b) A relação jurídica mantida é válida?

SIM NÃO

Justificativa fundamentada.

QUESTÃO Nº 2. (UFOP, 2/2015) A Construtora Novas Casas Felizes S.A. (CNCF S.A.) foi criada em 2004 para aproveitar os financiamentos imobiliários oferecidos pela Caixa Econômica Federal, em decorrência da expansão do crédito determinada pelo Governo Federal. O governo brasileiro determinou à Caixa Econômica Federal a concessão de crédito a famílias de baixa renda, o que propiciou o surgimento de um mercado até então inexistente, sendo este o filão da CNCF S.A. A citada construtora organiza um grupo de dezenas de famílias, que por sua vez assinam individualmente contratos de financiamento com a CEF, que lhe repassa os valores. Dentre as famílias beneficiadas pelo empréstimo imobiliário destaca-se a de Antônio Silva. Ele pegou um empréstimo de R\$100.000,00 (cem mil reais), que serão pagos em 20 anos, com juros e correção. O valor foi integralmente repassado pela CEF à CNCF S.A., que entregará o imóvel pronto à família Silva no início de 2017. Para erguer o edifício em que residirá a família Silva a CNCF S.A. admitiu, dentre outros, Josemar Dantas, mestre-de-obras, que ficou responsável pelo dia-a-dia da construção, sob a supervisão e orientação dos Engenheiros da empresa. Josemar é aposentado por tempo de serviço, pelo INSS, e assinou um contrato de prestação de serviços como Autônomo, diretamente com a CNCF S.A., o que se deu em 01/02/2015. Ele, como mestre-de-obras, sempre chega ao local da

construção antes dos demais trabalhadores, às 06:00 horas, pois avalia o trabalho do dia anterior. Somente sai da obra às 17:30 horas, depois da saída dos demais trabalhadores, pois responde ao contratante sobre a regularidade dos trabalhos do dia. Observa as determinações dos engenheiros da CNCF S.A., que agem de acordo com as plantas e as diretrizes fixadas anteriormente pela direção da sociedade empresária. Sua contratação se deu em razão de sua experiência profissional, de longos anos de mercado. Como atualmente é bastante difícil a contratação de mão-de-obra qualificada na construção civil, a CNCF S.A. firmou com Josemar um modelo de pagamento bastante distinto. A obra de construção do prédio tem previsão de 2 anos de duração. Durante o período de construção Josemar recebe R\$3.000,00 a título de contraprestação pelos serviços prestados ("honorários de autônomo"). Além disso, soma-se cláusula de sucesso: para cada mês de redução no cronograma de obras, Josemar receberá, ao seu final, R\$10.000,00. Assim, se a obra findar com 23 meses, receberá R\$10.000,00, se findar com 22 meses, receberá R\$20.000,00 e assim por diante. Josemar indicou aos engenheiros da CNCF S.A., como ajudante de ordens, seu afilhado Lucas Lund, que foi admitido através de um contrato de estágio, pois o jovem, nascido em 03/11/1998, está regularmente matriculado em curso técnico em edificações no SENAI. Todos os critérios formais de contratação estagiária foram observados, estando Lucas subordinado a Josemar, observando suas ordens diretas. No estágio o jovem aprende a executar o projeto da obra, elaborar orçamentos, pesquisar novos materiais, além de participar do processo de compra de produtos da construção civil. Por valorizar o trabalho dos jovens a CNCF S.A. resolveu pagar a Lucas dois salários mínimos a título de bolsa, 13º salário, 1/3 de gratificação no período de recesso, além de adicional de insalubridade e prêmio por produtividade, nos moldes praticados com seus empregados de nível médio e superior. Lucas trabalha na obra às 2as, 4as e 6as feiras, sendo as 3as e 5as feiras dedicadas à formação teórica integral no SENAI. Diante do exposto, responda, fundamentadamente:

a) Existe vínculo jurídico empregatício entre Josemar Dantas e Construtora Novas Casas Felizes S.A. (CNCF S.A.)?

() SIM () NÃO

Justificativa fundamentada.

b) Existe vínculo jurídico empregatício entre Lucas Lund e Construtora Novas Casas Felizes S.A. (CNCF S.A.)?

() SIM () NÃO

Justificativa fundamentada.

c) A relação jurídica mantida entre Josemar Dantas e CNCF S.A. é válida?

() SIM () NÃO

Justificativa fundamentada.

QUESTÃO Nº 3. (FPL 1/2015) *José da Silva* é um senhor aposentado por tempo de serviço que sempre trabalhou "na roça". Experiente nas lidas agrárias, tem em seu vasto currículo atividades como leiteiro, cortador de cana, caseiro e agricultor, por exemplo, tendo mais recentemente feito curso de vigia e de motorista de trator. Por fim, José solicitou e conseguiu junto à Polícia Federal seu porte de arma para uso em serviço e fora dele. É também habilitado para dirigir automóveis profissionalmente. Dadas as suas vastas aptidões foi convidado por *Antônio Bento*, rico empresário, para auxiliá-lo como "ajudante de ordens", ocasião em que combinaram honorários consistentes em R\$250,00 por dia trabalhado. O objeto da prestação laborativa consistia no seguinte: José deveria, no veículo de propriedade de Antônio, buscá-lo na *Indústria Cafeeira Antônio Bento Ltda.* às 18:00 horas da 6ª feira, para levá-lo imediatamente para sua Fazenda Bom Descanso, na cidade de Porteirinha. Chegando na Fazenda José deveria iniciar os trabalhos de cozinheiro, preparando comidas e bebidas para Antônio e sua família. Aos sábados e domingos durante o dia José cuidava do jardim, da piscina, da cerca e da manutenção da casa de lazer da família Bento. À noite cozinhava novamente e servia os comensais. Durante todo o final de semana José da Silva, armado, vigia a propriedade de Antônio Bento, principalmente em decorrência das obras de arte expostas na grande residência e que são alvo da cobiça dos ladrões. Na segunda-feira Antônio leva Bento até a sede da Indústria Cafeeira Antônio Bento Ltda., oportunidade em que recebe seus honorários, sempre em dinheiro, das mãos de Belarmina, secretária particular do dono do empreendimento. Somente retorna ao trabalho na 6ª feira seguinte. A relação entre José e Antônio perdura até hoje, pois aquele é bom no que faz

(principalmente comidas) e atento às determinações deste. Diante do exposto responda ao que segue:

a) Há vínculo empregatício entre José da Silva e Antônio Bento?

SIM

celetista doméstico rural outro

NÃO

Justifique, fundamentada e detalhadamente, de acordo com o caso concreto, atento aos termos da lei.

b) A relação jurídica mantida foi válida?

SIM NÃO

Justifique, fundamentada e detalhadamente, de acordo com o caso concreto, atento aos termos da lei.

QUESTÃO Nº 4. (FPL 1/2015) José da Silva é jovem trabalhador, nascido aos 24/03/1999, e filho de humilde família. Embora estude no turno da manhã, tem sempre que buscar atividades laborativas à tarde e à noite para poder levar um pouco de dinheiro para seus familiares. Condoído com a situação de penúria de José da Silva, o Sr. Antônio Bento convidou o jovem para trabalhar em sua fazenda, que aos finais de semana (sábados e domingos) se transforma em Hotel e Pousada Alegrias Belas, na cidade de Januária. O empreendimento não tem CNPJ ou qualquer estrutura jurídica que o identifique, sendo apenas um investimento informal do Sr. Antônio. José, aos sábados e domingos, trabalha de 14:00 às 02:00 horas como garçom, servindo comidas e bebidas (inclusive alcoólicas) para os hóspedes, oportunidade que tem para, seguindo as ordens de Bento, formar-se como profissional e cidadão de bem. Recebe apenas gorjeta, fixada em 10% do valor da nota de serviços (conta) cobrado por Antônio de cada um dos hóspedes que consome em seu hotel fazenda. O empreendimento de Antônio dá pouco lucro, pois os custos de manutenção da fazenda são altos, e o que ele lá ganha é só o suficiente para poder manter seu próprio sustento e viver com um pouco de dignidade, sem dever nada a ninguém e, ainda, ajudando ao próximo quando possível e necessário. Diante do exposto, responda ao que segue:

a) Há vínculo empregatício entre José da Silva e Antônio Bento?

SIM

celetista doméstico rural outro

NÃO

Justifique, fundamentada e detalhadamente, de acordo com o caso concreto, atento aos termos da lei.

b) A relação jurídica mantida foi válida?

SIM NÃO

Justifique, fundamentada e detalhadamente, de acordo com o caso concreto, atento aos termos da lei.

QUESTÃO Nº 5. (FPL 1/2015) José da Silva é jovem dedicado aos esportes de lutas, que passa boa parte de seus dias cuidando da forma física, em intermináveis caminhadas, levantamento de peso, idas e vindas às "academias ao ar livre" (grátis)... Não tem muito dinheiro no bolso, mas prefere viver uma vida dedicada ao que gosta. Sempre gostou, também e infelizmente, de brigar na rua, o que fez insistentemente durante toda a adolescência e início da vida adulta. Por fim, recentemente, no início de 2014, resolveu unir o "útil ao agradável" (como pensa), pois seu vizinho Antônio Bento resolveu contratar serviço de vigilância. Assim, o jovem passou a trabalhar como porteiro em um sítio de duvidosa fama, de propriedade de Antônio Bento, que é alugado de 15 em 15 dias para festas variadas (*rave, funk, trance, dance, sertanejo, samba*) e que têm início na tarde de sábado e término na tarde de domingo. Antônio Bento tem uma "escala" de aluguéis do sítio para as diversas turmas e seus variados gostos musicais. Assim, a cada 15 dias há uma turma fazendo festas (pagas, abertas ao público) no sítio de Antônio. O valor do aluguel compreende o uso da estrutura (piscina, sauna, casa, churrasqueiras, eletrodomésticos) e serviço de portaria durante todo o evento. José da Silva iniciou, em 01/01/2014, seu trabalho para Antônio Bento, visto ser bastante conhecido e temido em seu bairro, que é o mesmo em que se localiza o sítio. Combinaram José e Antônio que este cuidaria da segurança externa (portaria) dos eventos, cabendo àquele fixar estratégias de trabalho de acordo

com cada público. Assim, o combinado foi que José deveria quantificar o efetivo necessário para cada evento, convidando ou não outros vigias para a tarefa. Também caberia a ele escolher os instrumentos necessários para a tarefa, de acordo com o “público alvo”. No início, dado seu porte físico, sua fama de lutador e o cassetete que levava consigo, José da Silva conseguiu manter a ordem sozinho em todos os eventos. Entretanto, em 16/08/2014, uma grande e violenta turma tentou (e conseguiu) entrar no sítio sem convite e pagamento, oportunidade em que se travou violentíssima luta entre os intrusos e José Silva, que “levou a pior” e ficou internado por um mês... Durante este primeiro período de ajuste com Antônio Bento o jovem recebia um salário mínimo por final de semana para fazer o trabalho de vigia do sítio. Deveria atender às demandas de cada turma locatária do sítio, conforme ajuste firmado entre elas e o locador (Sr. Antônio Bento). Ao voltar após alta médica, em 20/09/2014, já não tão “famoso” e mais precavido, Antônio resolveu mudar sua estratégia de trabalho: chamou Cláudio e Clóvis, seus primos, para ajudar na portaria. Passaria, a partir daí, a dividir por 3 o dinheiro pago por Antônio Bento, mantidas inalteradas as condições anteriores. Diante do exposto, responda ao que segue:

a) Houve vínculo empregatício entre José da Silva e Antônio Bento no período compreendido entre 01/01/2014 e 16/08/2014?

SIM

celetista doméstico rural outro

NÃO

Justifique, fundamentada e detalhadamente, de acordo com o caso concreto, atento aos termos da lei.

b) Há vínculo empregatício entre José da Silva e Antônio Bento no período posterior a 20/09/2014?

SIM

celetista doméstico rural outro

NÃO

Justifique, fundamentada e detalhadamente, de acordo com o caso concreto, atento aos termos da lei.

QUESTÃO Nº 6. (FPL 1/2015) José da Silva é jovem trabalhador, nascido aos 24/03/1996 e filho de humilde família. Muito inteligente, desde criança se interessa por tecnologia. Incentivado pela escola, aprendeu muito sobre computadores e internet. No ano passado, em 24/03/2014, foi convidado por Antônio Bento, Presidente da AutoÔnibus Estrela do Sul S.A. (fictícia, com operação no Sudeste brasileiro), para prestar suporte tecnológico na venda de passagens *on line* através de seu site. Assim, sempre que cliente (passageiro) da AutoÔnibus Estrela do Sul S.A. tinha dúvidas sobre como comprar passagens através da internet deveria clicar no ícone SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor – e seria atendido por José da Silva. O jovem nunca conheceu o estabelecimento empresarial da AutoÔnibus Estrela do Sul S.A., pois toda a relação se dava via internet e ele sempre trabalhou remotamente, de preferência em sua própria casa, ou seja, em ambiente residencial de prestação laborativa. Para bem cumprir seu trabalho José deveria levar para onde quer que fosse um equipamento eletrônico que lhe possibilitasse estar *on line* para conversar com clientes da AutoÔnibus Estrela do Sul S.A. através do SAC. O jovem recebia R\$2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por atendimento feito, devendo, ao final do mês, reportar a Antônio Bento tudo o que de mais relevante ocorreu, para que houvesse melhorias constantes no site. O controle do número de acessos respondidos por José da Silva era feito diretamente por AutoÔnibus Estrela do Sul S.A., que pagava o valor correspondente. Em 01/01/2015, visto o sucesso do trabalho prestado para AutoÔnibus Estrela do Sul S.A. José da Silva resolveu atender também e concomitantemente a Cia Agência de Viagens Internacionais S.A., especializada em venda de passagens internacionais, nos mesmos moldes contratados com AutoÔnibus Estrela do Sul S.A., o que se dá até a presente data. Para iniciar seus trabalhos para a AutoÔnibus Estrela do Sul S.A. José da Silva foi instado a contratar um advogado para redigir cláusulas de contrato civil, sendo as principais as seguintes:

I. A contratante, AutoÔnibus Estrela do Sul S.A., fornecerá equipamentos informáticos e de telecomunicações suficientes a uma boa prestação de serviços pelo contratado, José da Silva;

- II. Tendo em vista o disposto na cláusula anterior, o contratante prestará seus serviços preferencialmente em domicílio;*
- III. O contratado não poderá locar, ceder, transferir ou sublocar a terceiros os serviços ora contratados;*
- IV. O contratado não poderá prestar serviços objeto do contrato para concorrentes diretos do contratante, sob pena de rescisão contratual por culpa e responsabilidade daquele;*
- V. A prestação de serviços deverá se dar ininterruptamente, com prazo de 30 minutos para resposta a cada cliente (passageiro) que acesse o SAC;*
- VI. Será pago o valor de R\$2,50 (dois reais e cinquenta centavos) para o atendimento que cumpra o disposto na cláusula anterior.*
- VII. O descumprimento injustificado do prazo resultará em advertência e, se reiterado, em rescisão do contrato por culpa do contratado;*
- VIII. Não há vínculo de emprego entre contratante e contratado, que ajustam, neste ato, contrato de natureza civil, nos termos da lei (Código Civil).*

Diante de todo o exposto, atento à doutrina trabalhista hodierna, responda ao que segue:

a) Houve vínculo empregatício entre José da Silva e AutoÔnibus Estrela do Sul S.A.?

SIM

celetista doméstico rural outro

NÃO

Justifique, fundamentada e detalhadamente, de acordo com o caso concreto, atento aos termos da lei.

b) A relação jurídica mantida foi válida?

SIM NÃO

Justifique, fundamentada e detalhadamente, de acordo com o caso concreto, atento aos termos da lei.

QUESTÃO Nº 7. (FPL 1/2015) Bento Jr. firmou com Banco do Lucro S.A. um contrato de estágio, com participação da Faculdade de Administração Limitada (fictícia), em que haveria, nos termos formalizados, complementação prática do ensino ministrado. As três partes envolvidas na avença especial cuidaram de todas as formalidades previstas em lei para a boa execução do estágio. Bento Jr. iniciou seu estágio em 01/02/2010, mesma data em que se matriculou no 5º período do curso de Administração Pública. Logo de início recebeu do Gerente de Pessoal suas tarefas: recolher envelopes junto ao autoatendimento, conferir seus conteúdos, receber malotes, calcular taxas, atender ao público em caixas de autoatendimento e promover captação de clientela para produtos bancários, principalmente empréstimos consignados. Como estagiário que era Bento também era responsável por fazer e servir o café aos gerentes, bem como providenciar cópias reprográficas de documentos quando solicitado. Bento é parente do gerente do Banco e por isso foi admitido como estagiário. Bento recebia bolsa de estudos no valor de R\$1.000,00 mensais, além de comissão sobre empréstimos contratados por indicação dele, fixada em 0,1% do negócio. Seu trabalho, como acontece geralmente com estagiários, era subordinado a todos os empregados do Banco, pois todos se achavam no direito de lhe dar ordens. Em 30/12/2012 Bento colou grau e se formou Bacharel em Administração Pública. Satisfeito com seus serviços, o Banco do Lucro S.A. resolveu admitir Bento como bancário, pagando R\$2.000,00 de salário e todos os direitos trabalhistas próprios da função, mantidas inalteradas as tarefas. Para tanto firmou contrato de experiência, que teve início em 01/01/2013 e previsão de término em 01/03/2013. Findo tal marco o gerente já definira pela não permanência de Bento na agência, pois o quadro de pessoal estava excessivo em razão da queda na procura por seus produtos e serviços. Ocorre que, por sorte de Bento, Fátima Silva acidentou-se quando ia para o trabalho, tendo previsão de alta somente em 01/08/2013. Assim, em 02/03/2013 houve nova contratação por tempo determinado, dessa vez em razão da transitoriedade da necessidade de substituição de Fátima. Em 01/08/2013, com a retomada da clientela, o gerente da agência bancária resolveu firmar novo contrato de emprego com Bento, dessa vez por tempo indeterminado, que teve início em 02/08/2013. Em 05/05/2015 o Banco do Lucro S.A. foi vendido para o Banco Estrangeiro no Brasil Ltda. Sabendo da venda e antes da sua concretização, o Banco do

Lucro S.A. dispensou Bento e mais centenas de bancários, o que se deu em 01/05/2015. Ao assumir as operações o Banco Estrangeiro no Brasil admitiu Bento, inicialmente através de contrato de experiência firmado em 07/05/2015. Todos os colegas de Bento foram admitidos na mesma data pelo Banco Estrangeiro no Brasil, inclusive o gerente, que manteve todos os seus subordinados em suas funções ordinárias. Diante do exposto responda ao que segue:

a) Foi lícita a contratação estagiária no período compreendido entre 01/02/2010 e 30/12/2012?

SIM NÃO

Justificativa fundamentada.

b) Houve vínculo empregatício no período compreendido entre 01/02/2010 e 30/12/2012?

SIM NÃO

Justificativa fundamentada.

c) Foi lícito (e serão válidos seus efeitos) o contrato de experiência firmado em 01/01/2013?

SIM, contrato de experiência NÃO, contrato por tempo indeterminado

Justificativa fundamentada.

d) Foi lícito (e serão válidos seus efeitos) o contrato por tempo determinado firmado em 02/03/2013?

SIM, contrato por tempo determinado NÃO, contrato por tempo indeterminado

Justificativa fundamentada.

e) Foi lícito (e serão válidos seus efeitos) o contrato de experiência firmado em 07/05/2015?

SIM, contrato de experiência NÃO, contrato por tempo indeterminado

Justificativa fundamentada.

QUESTÃO Nº 8. (FPL 1/2015) Antônio Silva é sócio diretor de Vigilância Armada Tiro Certo Ltda. (VATC Ltda), que é prestadora de serviços de vigilância para pessoas físicas e sociedades empresárias privadas em Minas Gerais. Tem patrimônio consistente em sua sede (edificação vertical), 10 veículos automotores para fiscalização de vigilantes e 100 armas calibre 38. Para "otimizar" a prestação de seus serviços Antônio e seus sócios em VATC Ltda. resolveram constituir uma outra sociedade empresária, denominada Segurança Guarda Costas Ltda. (SGC Ltda), com atuação exclusiva para clientes pessoas físicas. Para tanto houve a transferência de 30 armas e 3 veículos automotores da primeira sociedade para a segunda. Com o objetivo de participar de licitação em prefeituras Antônio e seus sócios resolveram constituir nova sociedade empresária, denominada Vigilância Pública S.A. (VPSA). Dessa vez houve transferência de 2 carros e 20 armas da primeira sociedade para a terceira. A VPSA, em seu primeiro ano de existência jurídica (2012) venceu licitação e firmou contrato com o Município de Varjópolis do Oeste de Minas (fictício) e lá atuou até 2014. Em 2015, após nova licitação, outra sociedade empresária concorrente de VPSA, denominada Segurança Armada Segura Ltda, com sede em Betim, venceu o processo licitatório e passou a prestar os serviços. Bento Jr. foi admitido em 01/01/2015 para o exercício das tarefas próprias de contador. Seu trabalho consiste em visitar cada uma das sociedades empresárias comandadas por Antônio Silva. Assim, às segundas e sextas-feiras Bento dá expediente, de 08:00 às 18:00 horas na sede de VATC Ltda. As terças-feiras fica à disposição de SGC Ltda, no mesmo horário. Às quartas e quintas-feiras se dirige à sede de VPSA, observado o horário ordinário. As 3 sociedades empresárias dividem a mesma edificação vertical de propriedade de VATC Ltda., estando cada uma dela em um conjunto de andares específico. Claudionor Bruto foi admitido em 01/01/2010, mas para exercer tarefas de vigilante. Durante o ano de 2010 trabalhou para VATC Ltda. Em 2011 teve seu contrato rescindido e foi admitido por SGC Ltda. Em 2012 teve novamente seu contrato rescindido e foi admitido por VPSA, oportunidade em que prestou serviços para o Município de Varjópolis do Oeste de Minas, vigiando a Prefeitura. Como fez sucesso com os servidores municipais Claudionor foi mantido nas funções de vigia em 2015, tendo sido dispensado por VPSA e imediatamente contratado por Segurança Armada Segura Ltda. Não recebeu acerto rescisório, pois VPSA se recusou a gastar dinheiro depois de ter "perdido o contrato" com o Município. Para piorar sua situação Claudionor até hoje está sem receber salário de seu novo empregador e, obviamente, quer cobrar em juízo o que entende ser direito seu.

a) Em caso de inadimplemento das obrigações contratuais por parte de Vigilância Armada Tiro Certo Ltda. (VATC Ltda) quem deverá responder pelos créditos trabalhistas devidos a Bento Jr., considerando somente as sociedades empresárias privadas envolvidas no contexto, desconsideradas eventuais situações de terceirização? Justifique, fundamentadamente.

b) Bento Jr. tem direito a ver reconhecido vínculo empregatício também (e concomitantemente) com

Segurança Guarda Costas Ltda. (SGC Ltda) e Vigilância Pública S.A. (VPSA), além do já firmado com Vigilância Armada Tiro Certo Ltda., observado o entendimento ordinário?

SIM NÃO

Justificativa fundamentada.

c) Houve sucessão trabalhista (sucessão de empregadores) entre Vigilância Pública S.A. (VPSA), e Segurança Armada Segura Ltda.?

SIM NÃO

Justificativa fundamentada.

d) Quem é responsável pelo pagamento de acerto rescisório de Claudionor Bruto, considerando somente as sociedades empresárias privadas envolvidas no contexto, desconsideradas eventuais situações de terceirização? Justifique, fundamentadamente.

e) Quem é responsável pelo pagamento dos salários devidos em 2015, considerando somente as sociedades empresárias privadas envolvidas no contexto, desconsideradas eventuais situações de terceirização? Justifique, fundamentadamente.

QUESTÃO Nº 9. (FPL 1/2015) Antônio Silva é um senhor já idoso, que sempre morou na roça e retirou da terra seu sustento e de sua família. Recentemente, já cansado, resolveu combinar com Bento Jr., sobrinho de um cunhado seu, que permitiria ao jovem recém-casado residir com sua esposa na Fazenda Alegria, que sempre foi de propriedade daquele. Combinaram que Bento utilizaria 80% das terras produtivas da citada fazenda, contando, no primeiro ano, com insumos, maquinário e sementes 100% compradas por Antônio. Do segundo ano em diante Bento deveria arcar com todos os custos de produção, cabendo a ele as definições básicas relativas ao empreendimento agrícola. Desde o início foi convencionado que os lucros da produção rural seriam divididos igualmente entre Antônio e Bento, que deveria prestar contas regularmente da contabilidade do empreendimento agrícola para o proprietário das terras. Em caso de prejuízos em uma safra anual ambos deveriam contrair empréstimo bancário, dando em garantia a safra seguinte e/ou a fazenda. Antônio, experiente que é, ficava sempre atento ao trabalho de Bento, bem como ao sucesso ou insucesso de suas escolhas quanto ao que plantar e quando colher, sendo certo que este deveria pagar àquele rigorosamente em dia e integralmente o que foi combinado. Embora idoso, nada escapava aos olhos de Antônio. Assim, Bento passou a trabalhar as terras de Antônio durante todos os dias da semana, retirando dela o sustento de ambas as famílias. Recentemente os filhos de Antônio Silva brigaram com Bento Jr., e este foi obrigado a deixar as terras daquele. Extremamente irritado, resolveu Bento Jr. ajuizar ação trabalhista tendente ao reconhecimento de vínculo empregatício mantido com Antônio Silva. Diante do exposto responda, justificadamente, se há relação empregatícia entre Antônio Silva e Bento Jr.

SIM NÃO

Justificativa fundamentada.

QUESTÃO Nº 10. (FPL 1/2015) Considere que Indústria de Concreto Minas S.A. admitiu Bento como Engenheiro Civil, inicialmente prevendo contrato de experiência em que constou o seguinte:

"CONTRATO DE EXPERIÊNCIA, nos termos do artigo 443, parágrafo 2º, alínea "c" da CLT, com início em 02/02/2015 e prazo de 45 dias."

Considere que no dia 18/03/2015, satisfeito com as atividades de Bento, o gerente da fábrica tenha lhe convocado para prorrogação do contrato de experiência, o que contou com a concordância do trabalhador. Do instrumento aditivo constou especificamente o seguinte:

"TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE EXPERIÊNCIA. Nos termos do artigo 451 da CLT, fica prorrogado o presente contrato de experiência."

Considere que em 30/04/2015, após nova avaliação do trabalho de Bento, o gerente da fábrica tenha pretendido terminar o contrato.

Vistos os exatos termos acima, diga se a avença observou as formalidades legais. Diga, essencialmente, se Bento terá direitos próprios de contrato por tempo determinado ou indeterminado.

INDETERMINADO DETERMINADO

Justificativa fundamentada.

QUESTÃO Nº 11. (FPL 1/2015) Antônio Augusto foi admitido como empregado de Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Sabor S.A. em 02/02/2002, tendo desenvolvido as tarefas próprias de gerente industrial até a data de sua aposentadoria por tempo de serviço, que aconteceu em 01/02/2014, data da rescisão do contrato de emprego. Tendo em vista nunca ter gozado férias e dado o fato incontroverso de não ter havido pagamento de horas extras ajuizou ação trabalhista em desfavor de seu empregador em 01/02/2015. Caso o empregador argua prescrição trabalhista, quais serão os impactos de tal instituto no direito de satisfação do crédito de Antônio Augusto, vista especificamente a norma constitucional sobre o tema? Justifique, com a determinação dos marcos prescricionais.

QUESTÃO Nº 12. (FPL 1/2015) A cidade de Holambra, em São Paulo, é nacionalmente conhecida como a capital das flores no Brasil. A principal atividade econômica da cidade (e da região) é o cultivo e comercialização de flores. Dada a beleza do lugar a cidade tornou-se também importante destino turístico, atraindo visitantes e principalmente consumidores de seus produtos e serviços. José Armando Silva é sócio diretor do Grupo JAS Ltda., sociedade empresária controladora de três outras: Flores JAS Ltda.; Hotel JAS Ltda. e Restaurante JAS Ltda. Antônio Augusto trabalha para a Flores JAS Ltda., desenvolvendo as tarefas próprias de plantio e colheita de flores raras, pois especializado em cuidados especiais de espécies importadas. Dada a especificidade de seu trabalho Antônio Augusto somente trabalha para Flores JAS Ltda. às segundas e quartas-feiras, prestando seus serviços a outras pessoas nos demais dias. Quando está na área de produção das flores Antônio Augusto cumpre as determinações dos diretores da sociedade empresária citada, e recebe R\$250,00 por dia de trabalho. Bernarda Benta é faxineira no Hotel JAS Ltda., cuidando da limpeza dos quartos, tendo sido contratada por ter vasta experiência, comprovada em CTPS, em tais atividades, pois durante 20 anos trabalhou como empregada doméstica. Recebe R\$2,50 por unidade (quarto) limpa, e por isso trabalha ininterruptamente, todos os dias da semana. A fiscalização de seu trabalho fica a cargo da Gerente do hotel. Recentemente houve um acidente de trabalho no Restaurante JAS Ltda., pois um recipiente de armazenamento de gás explodiu e feriu gravemente o cozinheiro Cláudio Castro, que ficou afastado do trabalho por 100 dias. Para o lugar de Cláudio Castro o Restaurante JAS Ltda. preferiu contratar o trabalho de cozinheiro através de terceirização de trabalho temporário. Assim, a Terceirização Temporária e Por Tempo Determinado Ltda. (TTPTD Ltda.) contratou Danilo Dinho, cozinheiro profissional, que passou a trabalhar durante os finais de semana às sextas-feiras, sábados e domingos, recebendo, por isso, R\$300,00 por dia trabalhado. Por ser renomado cozinheiro Danilo Dinho somente aceitava receber ordens diretamente de José Armando Silva, não aceitando orientações ou determinações dos gerentes e diretores do Restaurante JAS Ltda. Sempre que alguém lhe dirigia a palavra para orientações ou ordens, fossem empregados do grupo JAS ou de seu empregador, TTPTD Ltda, o cozinheiro ficava nervoso. Por fim, irritado com tantas ordens que ele entendeu virem de pessoas inferiores a ele e que, segundo entende, legalmente não poderiam lhe dar ordens, Danilo Dinho resolveu agredir fisicamente o gerente do Restaurante JAS Ltda., Sr. Ernesto Ergs, que ficou ferido e com o rosto desfigurado. Não obstante faltarem apenas 5 dias para o término de seu contrato terceirizado Danilo Dinho foi dispensado por seu empregador por justa causa, ainda que sem advertência ou suspensão prévias. Diante do exposto responda ao que segue:

a) Há vínculo empregatício entre Antônio Augusto e Flores JAS Ltda.?

SIM

Emprego doméstico Emprego rural Emprego celetista

NÃO

Justifique.

b) Há vínculo empregatício entre Bernarda Benta e Hotel JAS Ltda.?

SIM

Emprego doméstico Emprego rural Emprego celetista

NÃO

Justifique.

c) A terceirização levada a efeito foi lícita?

SIM NÃO

Justifique.

d) A punição imposta a Danilo Dinho foi correta e lícitamente aplicada?

() SIM () NÃO

Justifique.

QUESTÃO Nº 13. (FPL 1/2015) Supermercados Nobreza Ltda., sediado em região nobre da cidade de Nobres, MT, tem cem empregados diretamente contratados, todos com no mínimo ensino médio completo e excelentes salários. Para manter a excepcional qualidade de seus serviços, conforme sua propaganda, tem rígido Regimento Interno, em que prevê diversas situações, em síntese:

1. *É proibido aos empregados que têm contato com o público consumidor interno ao supermercado visitar o estabelecimento, em períodos de folga, para realizar compras;*
2. *Por sorteio através de sinal luminoso haverá, diariamente, fiscalização (revista, busca) em bolsas e mochilas dos empregados da limpeza;*
3. *É proibido o porte e o uso de aparelhos telefônicos celulares em todos os setores do supermercado;*
4. *É proibido o uso de barba, cabelos grandes, tatuagens ou piercing;*
5. *É proibido o uso de uniformes fora do estabelecimento comercial;*
6. *Empregadas mulheres devem apresentar, bimestralmente, exame que comprove não estarem grávidas;*
7. *Empregados homens devem se apresentar, bimestralmente, para exames de doenças sexualmente transmissíveis;*
8. *Mensalmente, por sorteio, haverá 10 empregados convocados para apresentar à Chefia todas as suas redes sociais, para efeito de fiscalização da vida pública de cada um;*
9. *Todos os empregados devem se apresentar ao trabalho limpos e asseados, usando desodorantes e perfumes de O Boticário, entregues bimestralmente pelo empregador;*
10. *Trabalhadores contratados por experiência e/ou estagiários deverão usar uniforme diferente dos demais, em que se lê "Em Treinamento".*

Avalie as normas internas do supermercado e diga, observadas diretrizes abaixo, as lícitas e as ilícitas em perspectiva trabalhista.

a) Enuncie, pelo seu número, as normas lícitas: _____

Justifique a licitude de cada uma delas.

b) Enuncie, pelo seu número, as normas ilícitas: _____

Justifique a ilicitude de cada uma delas.

QUESTÃO Nº 14. (FPL 1/2015) Maria José foi admitida por Distribuidora de Remédios Raros e Caros S.A. em 02/02/2008 para trabalhar no desenvolvimento das tarefas próprias de encarregada de logística, cuidando de atender diversos clientes de seu empregador. Seu horário contratual formal de trabalho era de 08:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, com uma hora de intervalo para alimentação e descanso, e de 08:00 às 12:00 horas aos sábados. Conforme escala de trabalho Maria José ficava "de plantão", em sua própria residência, nas noites de sexta-feira para sábado (20:00 às 08:00 horas). Também ficava de plantão, em um alojamento dentro do estabelecimento empresarial, nas noites de terça para quarta-feira (20:00 às 08:00 horas). Em ambas as situações Maria José descansava tranquilamente, mas sempre atenta ao telefone celular, pois poderia ser chamada a qualquer momento, para envio de remédios raros urgentemente. Em média Maria José era chamada 2 vezes por semana, trabalhando, também em média semanal, 05 horas. Às quintas-feiras Maria José trabalhava até 19:00 horas, pois o encarregado do turno da noite não conseguia, em tal dia, chegar no horário "para render" a colega. Nas situações em que tinha que trabalhar em sobrejornada Maria José recebia um "ticket-lanche", previsto em Convenção Coletiva de Trabalho, no valor de R\$30,00. Com tal "ticket-lanche" Maria José poderia ligar para um "tele-entregas" previamente cadastrado e pedir um lanche enquanto desenvolvia sobrejornada. Considere que Maria José tem salário-base fixado em R\$9,00 por hora. Diante de todo o exposto, responda:

a) Maria José tem direito à percepção de horas extraordinárias? Caso positivo, diga quantas horas por semana. Justifique.

b) Maria José tem direito de receber valores a título de sobreaviso? Caso positivo, diga o valor a ser pago. Justifique.

c) Maria José tem direito de receber valores a título de prontidão? Caso positivo, diga o valor a ser pago. Justifique.

QUESTÃO Nº 15. (FPL 1/2015) Antônio Silva é empregado de Cia Industrial Tecidos Leves, exercendo na sociedade empresária a função de operador de fiação, com tarefas referentes à operação de máquinas fiandeiras. Sua admissão se deu em 02/01/2010. Recebe atualmente (abril de 2015) R\$1.100,00 a título de piso da categoria dos tecelões, além de insalubridade em grau médio. O empregador fornece e exige a utilização de modernos Equipamentos de Proteção Individual, nos termos de estudos tendentes a minorar os ruídos na fábrica. O empregador paga também ajuda de custo consistente em dinheiro para gasolina para que Antônio vá trabalhar em seu próprio carro (percurso casa-trabalho-casa) tendo em vista que o local de trabalho é de difícil acesso e não servido por transporte público regular. Assim, o custeio do transporte de Antônio, através de ajuda de custo, é feito pelo empregador, que lhe entrega R\$250,00 mensais. Antônio demanda 2 horas por dia no deslocamento trabalho-casa-trabalho, sendo 1 hora para ir e 1 hora para voltar. O empregador instituiu, em 2008, o pagamento de "Vale Cash", consistente em um cartão que permitia ao trabalhador comprar lanches e refeições nas lanchonetes e restaurantes da cidade. Seu valor, em dezembro de 2012 correspondia a ¼ (25%) do salário mínimo por mês. Em 2013, dada a concorrência desleal com tecidos chineses, o empregador resolveu extinguir o "Vale Cash", vez que o instituiu por liberalidade e, à época (12/2013), resolveu também retirá-lo por iniciativa própria. O horário de trabalho na fábrica é de 08:00 às 18:00 horas, de segunda a quinta-feira, e de 08:00 às 17:00 horas às sextas-feiras, sempre com uma hora de intervalo para alimentação e descanso. Como Antônio é estudante universitário, pediu e obteve permissão para sair às 17:00 horas de segunda a quinta-feira e às 16:00 horas às sextas-feiras, pois abriu mão de seu intervalo para alimentação e descanso. Sua solicitação para tal horário especial foi apresentada ao empregador, por escrito, no dia 01/08/2012, com deferimento em 02/08/2012. Em 02/01/2015 o empregador alterou seu Departamento Jurídico, que cassou sumariamente a autorização de Antônio para sair mais cedo, obrigando-o ao cumprimento de uma hora de intervalo intrajornada. Tal medida acarretou a necessidade de trancamento da matrícula do empregado em seu curso superior, pois somente consegue chegar na universidade às 20:00 horas. Insatisfeito com tal situação, dentre outras, Antônio resolveu, em 02/04/2015, ajuizar ação trabalhista tendente a imputar justa causa ao seu empregador, dando por rescindido seu contrato. Antônio nunca gozou férias e sempre recebia seu salário no 20º dia útil de cada mês. Exemplificativamente o salário de março de 2015 foi pago no dia 20/03/2015. Seus fundamentos do pleito rescisório foram: a) não concessão de férias; b) alteração contratual ilícita de horário de trabalho; c) atraso sistemático no pagamento dos salários; d) não pagamento de horas extras consistentes em horas *in itinere*; e) não pagamento de horas extras decorrentes de supressão de intervalo no período 02/08/2012 a 01/01/2015. Diante do exposto responda ao que segue:

a) A alteração contratual promovida em 02/01/2015 foi lícita?

() SIM () NÃO

Justifique, fundamentadamente.

b) Diga, fundamentadamente, os direitos de Antônio referentes às férias, desconsiderada eventual projeção do aviso prévio proporcional.

c) Antônio tem direito às pretendidas horas *in itinere*?

() SIM () NÃO

Justifique, fundamentadamente.

d) Antônio tem direito às pretendidas horas extras decorrentes de supressão de intervalo no período compreendido entre 02/08/2012 e 01/01/2015, visto seu pedido para sair mais cedo?

() SIM () NÃO

Justifique, fundamentadamente.

QUESTÃO Nº 16. (FPL 1/2015) Antônio Silva, empregado mensalista, teve reconhecido em juízo o direito ao pagamento de horas extras decorrentes de deslocamento casa-trabalho-casa. O juízo trabalhista reconheceu 2 horas extraordinárias (*in itinere*) por dia, 10 por semana, 44 por mês, em média. Considerando que Antônio recebe salário fixo por mês diga se o reconhecimento das horas extraordinárias *in itinere* terão reflexos (repercussão remuneratória) no repouso semanal remunerado.

() SIM () NÃO

Justifique, fundamentadamente.

QUESTÃO Nº 17. (FPL 1/2015) Antônio Silva, empregado celetista de Terceirização de Serviços Ltda., (fictícia) com sede em São José da Lapa, foi admitido em 02/04/2013. Em 01/01/2015 recebeu ordens de seu empregador para trabalhar, durante 9 meses, na sede da Mineração Ouro Velho (fictícia) na cidade de Tarauacá, no Acre. Lá Antônio e seus colegas estão hospedados em alojamento especialmente construído por Mineração Ouro Velho. Antônio chega na portaria central da sociedade empresária às 07:30h., pois deve iniciar efetivamente seu trabalho às 08:00 horas. Sai de seu alojamento às 07:00h., em transporte (barco) fornecido por Mineração Ouro Velho, pois sua sede é em local de difícil acesso, sem transporte coletivo na cidade. Após chegar, de barco, às 07:30h., Antônio embarca em um microônibus da mineração para que possa chegar até seu posto de trabalho, o que se dá exatamente às 08:00 horas. Antônio sai de seu posto de trabalho sempre às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira. Chega na porta da tomadora dos seus serviços às 16:30 e pega imediatamente o barco, chegando no centro da cidade de Tarauacá às 17:00 horas. O empregador fornece a alimentação em refeitório apropriado, no horário de 12:00 às 13:00 horas. Antônio trabalha de 2ª a 6ª feira. Diante do exposto, fixe:

- a) A disponibilidade semanal de trabalho de Antônio: _____
- b) Antônio tem direito à integração de horas *in itinere*? Justifique. Caso positivo diga quantas por dia.
() SIM () NÃO
- c) Antônio tem direito ao pagamento de sobrejornada? Justifique. Caso positivo diga quantas por semana.
() SIM () NÃO
- d) Antônio tem direito a adicional de transferência? Justifique.
() SIM () NÃO

QUESTÃO Nº 18. (UFOP, DTI, 2/2015) José foi admitido em 01/02/2015 como empregado celetista de Companhia Industrial Armações Diversas – Cia.A.D. (fictícia), sociedade empresária com sede no centro da cidade de Contagem, MG., em decorrência de ter sido esta vencedora em processo licitatório para fornecimento de material para obra de construção do Estádio Monumental Piranjuba de Minas (fictício). As tarefas de José consistiram na produção de ferragem para o alicerce do estádio, razão pela qual manteve sua avença até 01/08/2015, visto que seus serviços só seriam necessários na primeira etapa da obra, que findou exatamente na data prevista. Assim, foi contratado e teve seu contrato findo nas datas supra, conforme anotações da avença excepcional em sua CTPS. Ocorre que os Diretores da Cia.A.D. gostaram do trabalho de José e resolveram, em 01/10/2015, dois meses depois de findo o primeiro contrato, contratá-lo para as tarefas de encarregado da 2ª fase da obra do estádio, que consiste em fornecimento de estruturas de concreto armado. A 2ª e última etapa da obra de construção do estádio não tem data fixada para terminar, vistas as incertezas (políticas, econômicas, climáticas, etc.) envolvidas. Assim, José foi novamente admitido como empregado celetista e está até o presente momento trabalhando para Cia.A.D. Na atual relação empregatícia José ajustou com sua empregadora horário contratual de 08:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, com duas horas de intervalo para alimentação e descanso, sem trabalho aos sábados. Inobstante tal avença individual (empregado e empregador), no Quadro de Horários publicado pela Cia.A.D. há previsão de trabalho aos sábados para todos os empregados da obra do estádio, sempre de 08:00 às 12:00 horas, sem intervalo. José reside em local de difícil acesso e não servido por transporte público regular e, em razão disso, seu empregador determina que ele e seus vizinhos (empregados de Cia.A.D.) utilizem transporte fornecido pela citada sociedade empresária. José sai de sua casa às 06:00 horas e chega à portaria da fábrica às 07:30 horas, quando então ingressa no estabelecimento empresarial e percorre longo caminho até chegar à área destinada à produção das estruturas de concreto para o estádio. Chega ao seu local de trabalho às 07:45 horas, troca de roupas (veste uniforme) e pega seu equipamento de proteção individual. Às 08:00 horas José assume efetivamente suas tarefas do dia e marca seu ponto (entrada). No final do dia, às 18:00 horas, José marca novamente seu ponto (saída), refaz o trajeto passando pelo vestiário e almoxarifado (15 minutos) e percorre novamente o caminho até a portaria, lá chegando às 18:30h. O ônibus de volta sai às 18:30 horas e deixa José em casa às 20:00 horas. Diante do exposto, responda ao que segue:

- a) Qual foi a modalidade contratual empregatícia utilizada em 01/02/2015 e vigente até 01/08/2015? Justifique.
- b) Foi lícita a segunda contratação, firmada em 01/10/2015, vista a terminação da primeira avença em 01/08/2015? Justifique.
- c) Qual é o horário de trabalho de José?
- d) José tem direito à percepção de horas extraordinárias
() SIM () NÃO
- Justifique, com especificação de sua disponibilidade *semanal* de trabalho e, se for o caso, o número de horas extraordinárias.

QUESTÃO Nº 19. (UFOP, DTI, 2/2015) O Hospital Saúde Emergencial Ltda. (fictício), tradicional na cidade de Ouro Fino, enfrentou nos anos 2013 e 2014 grave crise financeira decorrente de mortes suspeitas ocorridas em seu estabelecimento, que geraram propaganda negativa e processos judiciais. Para solucionar o problema resolveu que não teria mais médicos contratados como empregados celetistas e determinou que os que quisessem permanecer trabalhando ali deveriam ser contratados por Terceirização de Trabalho Médico Ltda., com sede na mesma cidade e especializada em gestão de mão-de-obra de profissionais da saúde. O Hospital de Saúde Emergencial Ltda. e a Terceirização de Trabalho Médico Ltda. resolveram, então, criar um Código de Conduta do Médico Terceirizado, que previa, dentre outras cláusulas, a análise da conduta médica por meio de ranking criado a partir de entrevistas e questionários feitos com os pacientes do Hospital. Assim, eram atribuídos os seguintes conceitos aos médicos terceirizados, com publicação bimestral no site do hospital: ótimo, bom, regular, ruim, péssimo e sofrível. Os médicos com conceito "ótimo" recebiam maior premiação e o com conceito "péssimo" menor. Os médicos com conceito "sofrível" eram suspensos do trabalho por 2 meses. Médicos com conceitos "bom", "regular" e "ruim" recebiam premiação mediana e regressiva. Ocorre que na prática a premiação se tornou importante componente da remuneração, pois o salário pago pelo empregador interposto não era dos mais significativos, tendo em vista os valores de mercado. José (fictício), médico, discordou de uma avaliação "regular" que recebeu, publicada no site do hospital, e criticou verbal e publicamente (dentro do hospital) os gestores daquele contrato, dizendo que o ranking, sem fundamentação técnica, não contribuiria para a melhoria na prestação dos serviços. José foi imediatamente suspenso disciplinarmente, vistas suas críticas, por 15 dias, por ato escrito e fundamentado (no Código de Conduta do Médico Terceirizado) assinado pelo diretor da sociedade empresária interposta. Após a suspensão, que findou em 02/02/2016, José passou a não mais prestar seus serviços como antes, tendo sido destinado ao que denominaram "Plantão de Fim de Semana em Casa", podendo ser chamado ao hospital apenas se necessário, o que se daria por meio de contato telefônico via celular. Assim, passou a ficar todos os finais de semana (sábados e domingos) aguardando um chamado que jamais veio. Desde então não mais recebeu salário ou premiação, pois, segundo o hospital, não mais trabalhou lá. Diante do exposto, responda ao que segue:

- a) A terceirização levada a efeito está em conformidade com a jurisprudência consolidada do TST?
() SIM () NÃO
- Justifique.
- b) A suspensão disciplinar levada a efeito em relação a José foi lícita?
() SIM () NÃO
- Justifique.
- c) José tem direito a receber valores referentes ao "Plantão de Fim de Semana em Casa"?
() SIM () NÃO
- Justifique.

QUESTÃO Nº 20. (UFOP, DTI, 2/2015) José é motorista do Consórcio Novo Rodoanel de Minas Gerais (fictício) e foi admitido em 01/02/2014 para trabalhar no transporte de pessoal do empregador para os locais de obra. O Consórcio foi criado única e exclusivamente para o Trecho 1 da citada obra, que foi contratada com o poder público em 02/01/2014 e deveria ser entregue impreterivelmente em 02/06/2015. José, portanto, foi contratado na data citada acima e teve previsão de término de sua avença em 01/06/2015, conforme anotações em sua CTPS. As tarefas de José eram aquelas próprias de motorista de ônibus de propriedade do Consórcio e consistia, em síntese, em levar os empregados

para os canteiros de obras, pois o novo rodoanel (Trecho 1) foi construído em local de difícil acesso e não servido por transporte público regular. Assim, José buscava os operários em suas casas e os levava para o local da obra da rodovia. Para tanto, José se apresentava à Garagem do Consórcio (que por sorte é vizinha à sua casa no centro da cidade) às 06:00 horas e se dirigia aos diversos bairros para levar os operários ao local de trabalho, sendo que lá chegavam às 08:00 horas. No período compreendido entre 08:00 e 17:00 horas José fazia transporte interno à obra, tendo intervalo de uma hora para alimentação e descanso. Na verdade a necessidade de trabalho de transporte interno era residual, ficando José, no ônibus, aguardando ordens para o deslocamento de pessoas e material. Para passar o tempo José cuidava também da limpeza e manutenção preventiva do veículo. O ônibus de volta dos operários, dirigido por José, saía do canteiro de obras às 17:00 horas e retornava à garagem às 19:00 horas. A obra somente se desenvolve de 2ª a 6ª feira e talvez também por isso o Trecho 1 do novo rodoanel não ficou pronto em 02/06/2015, tendo José mantido sua avença até 02/07/2015, sem que houvesse contato entre ele e seu empregador até tal data, quando então houve a terminação do contrato após 19 meses de relação empregatícia e, dias depois, a extinção do consórcio em razão do término da obra (Trecho 1). Diante do exposto, responda ao que segue:

a) José tem direito à percepção de horas extras *especificamente* em razão de *horas "in itinere"*? Justifique.

b) José tem direito à percepção de horas extraordinárias

SIM NÃO

Justifique, com especificação de sua disponibilidade *semanal* de trabalho e, se for o caso, o número de horas extraordinárias.

c) Qual será, para todos os efeitos jurídicos e visto o caso concreto, a modalidade contratual celetista mantida por José e Consórcio Novo Rodoanel de Minas Gerais?

Justifique.

QUESTÃO Nº 21. (UFOP, DTI, 2/2015) Guilhermino é auxiliar de enfermagem e desenvolve suas tarefas no posto médico (medicina do trabalho) que existe na Fábrica de Fogos de Artifício Longo Alcance Ltda (FFALA Ltda), fictícia. Para preservar a comunidade de Santo Antônio do Brejo Velho a citada fábrica fica localizada na zona rural do município (longe das casas), em local que não é servido por transporte público regular, embora haja facilidade de acesso. Guilhermino, embora trabalhe diariamente na FFALA Ltda, foi contratado por Terceirização em Medicina do Trabalho Ltda, que é responsável por todas as atividades do citado posto médico. A avença, segundo consta no contrato, observa especificamente a jurisprudência consolidada do TST sobre a matéria, sem aplicação de norma legal. Guilhermino é subordinado ao médico do trabalho José, que por sua vez é um dos sócios da interposta. O contrato de emprego celetista de Guilhermino decorre da necessidade de substituição de Joana, que está em licença maternidade (120 dias). Tal situação excepcional foi devidamente anotada na CTPS de Guilhermino. O horário de trabalho de Guilhermino, apontado em seu cartão de ponto, é o seguinte: 00:00 às 12:00 horas, em turno fixo e "sistema 12 x 36", sem intervalo para alimentação e descanso, vez que o trabalho noturno na fábrica não demanda muitas tarefas, o que permite a Guilhermino descansar no posto de saúde e também lá se alimentar enquanto aguarda eventual chamado. No turno da noite Guilhermino é o único responsável pelo posto, devendo mantê-lo aberto e chamar os médicos de plantão em caso de necessidade imperiosa. Para chegar à fábrica Guilhermino utiliza ônibus contratado por FFALA Ltda., que leva seus empregados diretamente contratados e também os terceirizados, estes por força de cláusula especial na contratação civil ajustada entre tomadora de serviços e interposta. Guilhermino entra no ônibus às 23:00 horas e chega em casa às 13:00 horas. Por regra interna editada pela FFALA Ltda os terceirizados devem se levantar de seus lugares no ônibus sempre que um empregado diretamente contratado por ela queira se assentar no lugar ocupado por um empregado interposto. Certa vez Guilhermino se recusou a desocupar seu lugar no ônibus, que estava praticamente vazio, para ceder lugar a um empregado de FFALA Ltda, razão pela qual foi suspenso disciplinarmente por Terceirização em Medicina do Trabalho Ltda por sete dias. Um mês antes já havia sido advertido em razão de falta igual. Diante de todo o exposto, responda:

a) Qual foi a modalidade contratual levada a efeito? Justifique.

b) Guilhermino terá direito(s) referente(s) ao trabalho noturno? Se positivo, qual ou quais?

SIM NÃO

Justifique com a indicação, se for o caso, do horário de trabalho noturno, nos termos da jurisprudência consolidada do TST.

c) Guilhermino tem direito à integração das horas de transporte casa-trabalho-casa?

SIM NÃO

Justifique.

d) Guilhermino tem direito a horas extraordinárias? Caso positivo, especifique quantas. Considere, também, sua resposta à letra "c". A justificativa observará *especificamente* a jornada de trabalho.

SIM NÃO

Justifique.

e) A terceirização levada a efeito está em consonância com a jurisprudência consolidada?

SIM NÃO

Justifique.

f) A suspensão disciplinar de Guilhermino foi lícita?

SIM NÃO

Justifique.

QUESTÃO Nº 22. (Livro "Direito do Trabalho Essencial", páginas 484 e 485, disponível desde 2013) Guilhermino, vigia, trabalha em dias alternados, no horário de 18:00 às 06:00 horas, com 6 intervalos de 10 minutos para alimentação e descanso, diluídos no curso da jornada, tudo isso por força de norma convencional coletiva que fixa sua "jornada 12 x 36". Recebe os mesmos R\$2.000,00 de salário que recebem todos os vigias vinculados ao mesmo empregador, independentemente do horário de trabalho. Recebe adicional noturno.

Diante do exposto, fixe e responda:

a) a jornada de trabalho de Guilhermino.

b) Além do salário e do adicional noturno, Guilhermino tem direito a outro(s) valor(es) decorrente(s) da jornada fixada, do horário de trabalho e da sua disponibilidade semanal de trabalho?

SIM NÃO

Justifique.

QUESTÃO Nº 23. Antônio Silva, empregado celetista de Terceirização de Serviços Ltda., (fictícia) com sede em São José da Lapa, foi admitido em 02/04/2013. Em 01/01/2015 recebeu ordens de seu empregador para trabalhar, durante 9 meses, na sede da Mineração Ouro Velho (fictícia) na cidade de Tarauacá, no Acre. Lá Antônio e seus colegas estão hospedados em alojamento especialmente construído por Mineração Ouro Velho. Antônio chega na portaria central da sociedade empresária às 07:30h., pois deve iniciar efetivamente seu trabalho às 08:00 horas. Sai de seu alojamento às 07:00h., em transporte (barco) fornecido por Mineração Ouro Velho, pois sua sede é em local de difícil acesso, sem transporte coletivo na cidade. Após chegar, de barco, às 07:30h., Antônio embarca em um microônibus da mineração para que possa chegar até seu posto de trabalho, o que se dá exatamente às 08:00 horas. Antônio sai de seu posto de trabalho sempre às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira. Chega na porta da tomadora dos seus serviços às 16:30 e pega imediatamente o barco, chegando no centro da cidade de Tarauacá às 17:00 horas. O empregador fornece a alimentação em refeitório apropriado, no horário de 12:00 às 13:00 horas. Antônio trabalha de 2ª a 6ª feira. Diante do exposto, fixe:

a) Antônio tem direito à integração de horas *in itinere* à sua jornada? Justifique. Caso positivo diga quantas por dia.

SIM NÃO

b) Antônio tem direito ao pagamento de horas extras? Justifique. Caso positivo diga quantas por semana, especificadamente e em atenção à sua resposta à questão "a".

SIM NÃO

QUESTÃO Nº 24. ZérgioZilva é jovem trabalhador, 17 anos de idade, e foi chamado por seu amigo Linus Lews, dono da Loja Roupas da Moda Ltda., para trabalhar no período de festas natalinas no desempenho das tarefas próprias de vendedor, observadas suas ordens e seu treinamento no desenrolar da avença. O dono da loja ouviu dizer pela imprensa que poderia realizar tal contrato como sendo temporário. Após consulta ao seu Advogado Linus foi aconselhado a registrar a CTPS de

Zérgio e a formalizar a avença a termo celetista apropriada. O trabalhador desempenha, desde 01/10/2013, as tarefas contratadas, com previsão de término do trabalho em 31/12/2013. Durante o período contratado Zérgio receberá um salário mínimo mensal, com acréscimo de 5% pago a título de comissão sobre as vendas que, segundo ouviu dizer e pelo tanto que vendeu em outubro, deve resultar em valor em torno de R\$1.000,00 mensais. Além disso recebe cartão para transporte coletivo no valor de R\$250,00. Como foi o melhor vendedor do mês de outubro Zérgio receberá aquilo que Linus chamou de "meta" e que vigora durante todo o ano, no valor de R\$900,00. Recebe também, por força de Convenção Coletiva de Trabalho que reafirma a natureza jurídica da parcela, ticket alimentação no valor de R\$345,00 dependendo da assiduidade ao trabalho (Zérgio é assíduo). Além disso Linus prometeu que se Zérgio continuar se destacando "será efetivado" (segundo suas próprias palavras). Diante do exposto responda ao que segue:

- Qual é a modalidade contratual trabalhista firmada entre Zérgio e Loja Roupas da Moda Ltda? Justifique com a necessária especificação (artigo, parágrafo, alínea) da norma jurídica aplicável.
- É possível, licitamente, que o contrato de emprego se mantenha após 31/12/2013, caso seja vontade das partes? Justifique.

QUESTÃO Nº 24. Linus Lews, empresário do ramo comercial, resolveu, enquanto pessoa física, empreender no ramo industrial e, para tanto, criou em imóvel rural de sua propriedade uma pequena fábrica de blocos e premoldados de concreto. Como estratégia de gestão resolveu contratar Zegafredo Zegna, seu amigo, para assumir a produção fabril, o que foi feito. Assim, Zegafredo contratou 5 jovens dispostos ao trabalho pesado para as tarefas de enchimento dos moldes (dos blocos) com concreto e movimentação interna do material. Linus ajustou com Zegafredo o seguinte: o primeiro arcaria, indiretamente, com o pagamento dos salários e encargos trabalhistas referentes aos empregados do segundo, além de lhe pagar as despesas com a formalização das avenças e, ainda, 25% de lucro sobre o total do contrato civil mantido. Zegafredo, então, registrou as CTPS's de seus empregados e passou a dirigir, diretamente, a prestação laborativa, remunerado que era com os lucros do contrato firmado com Linus. Antônio foi um dos empregados contratados por Zegafredo e recebia R\$700,00 mensais, além de cesta-básica no valor de R\$245,00, força de CCT (firmada entre o sindicato dos trabalhadores terceirizados da indústria e o sindicato das empresas e empregadores prestadores de serviços terceirizados) que fixa o piso da categoria e altera a natureza da parcela alimentar *in natura*. Foi admitido em 26/07/2013 para um contrato de experiência por 60 dias, findos os quais seria prorrogado por mais 30, o que foi feito. O dia 24/10/2013 foi o último dia de trabalho de Antônio. Ocorre que a Convenção Coletiva de Trabalho dos empregados na fabricação de blocos e premoldados da região previa Piso da Categoria firmado em R\$900,00 mensais. Inconformado por trabalhar muito e receber pouco Antônio pretende demandar judicialmente em desfavor de Zegafredo Zegna e de Linus Lews. Sua principal pretensão (dentre outras) é o reconhecimento do vínculo de emprego com Linus Lews e parcelas remuneratórias decorrentes de tal medida judicial. Diante do exposto, responda ao que segue:

- Ao final do processo quem será reconhecido como empregador de Antônio?

ZegafredoZegna

Linus Lews

Justifique nos termos da jurisprudência consolidada do TST

- Qual será, ao final, a modalidade contratual trabalhista reconhecida em juízo?

Justifique com a necessária especificação (artigo, parágrafo, alínea) da norma jurídica aplicável.

QUESTÃO Nº 26. Determinado empregador resolveu regulamentar o uso de bafômetro (etilômetro) na porta de acesso ao seu estabelecimento industrial, ao argumento de que diversos trabalhadores se apresentavam embriagados ao trabalho, o que colocava em risco não só a segurança pessoal de cada um deles como também os demais colegas de trabalho. A partir de então, todos os empregados do setor produtivo da indústria ficam obrigados a se submeter ao bafômetro diariamente. O empregador, conforme é claro, entende ter agido em observância aos limites de seu Poder Empregatício. Nos termos daquilo que é possível depreender sobre o tema, responda:

O empregador agiu dentro dos limites de seu Poder Empregatício.

O empregador extrapolou os limites de seu Poder Empregatício.

Justifique, nos termos da doutrina justrabalhista hodierna.

QUESTÃO Nº 27. Supermercados Lucro Alto Ltda., com sede em Belo Horizonte, MG, e filiais na Região Metropolitana, criou, em 2005, Regulamento de Pessoal em que fixou diversas cláusulas que passaram a integrar imediatamente os contratos de emprego de seus trabalhadores. Dentre as cláusulas havia a previsão do seguinte:

a) pagamento de viagem de férias para o melhor gerente dentre todas as lojas, no valor anual de R\$6.000,00, sempre no mês de maio, em decorrência de poucas vendas e baixa temporada; b) plano de saúde para todos os empregados, cujo valor de mercado é de R\$453,00; c) cesta-básica condicionada à assiduidade do trabalhador no curso do mês, no valor de R\$365,00 em produtos vendidos no supermercado; d) obrigatoriedade de uso de uniforme, com uso exclusivo no interior da loja, cujo valor é de R\$100,00 por uniforme, sendo que cada trabalhador recebe 2 por ano; e) proibição de compras pelos trabalhadores em supermercados concorrentes na RMBH; f) uso de adesivos com a logomarca do empregador em veículos dos trabalhadores; g) proibição de uso de aparelhos telefônicos celulares durante o expediente; h) fiscalização consistente em sorteio de busca pessoal em bolsas e roupas dos trabalhadores; i) pagamento de 10% de acréscimo salarial, calculado sobre a contraprestação básica, para grupo de empregados vendedores que cumprirem a meta mensal fixada pela gerência; j) pagamento de 5% de acréscimo salarial, calculado sobre a contraprestação básica, para todos os empregados, sempre no mês de maio de cada ano, em comemoração ao dia do trabalhador; l) transporte casa-trabalho-casa para todos os empregados, em microônibus particulares contratados pelo empregador, cujo custo mensal é de R\$292,00 por trabalhador.

ABRANTES BRUNIS CLÓVIS, admissão em 02/02/2004, é vendedor de eletroeletrônicos na filial Belvedere do Supermercado Lucro Alto Ltda. e recebe, mensalmente, um salário mínimo a título de contraprestação por disponibilidade de trabalho, valor acrescido de 2,5% de comissões sobre as vendas por ele realizadas. É assíduo ao trabalho, pois sabe que seu comparecimento faz muita diferença em sua remuneração, pois recebe, em média, R\$1.900,00 pelas vendas realizadas mensalmente. Sua equipe de vendas sempre bate a meta fixada pela gerência. Em 04/05/2013 foi punido (advertência) por seu gerente por trazer dentro de sua mochila de roupas um aparelho telefônico celular ligado.

DANIELA EVALDA FRINGS, admissão em 02/02/2006, é caixa de supermercado na filial Pedro Leopoldo do Supermercado Lucro Alto Ltda. e recebe, mensalmente, o piso da categoria dos comerciários, hoje fixado em R\$980,00. Além da contraprestação básica recebe, também, R\$270,00 a título de "quebra de caixa". Em decorrência de problemas familiares (doença de filhos) não tem boa assiduidade, pois sempre tem que faltar para levar alguém ao médico. Quando não leva atestado médico do pediatra é advertida em decorrência da falta ao trabalho. Recentemente foi surpreendida pelo gerente da loja falando ao celular enquanto estava no caixa, embora não houvesse cliente em atendimento. Foi, então, suspensa por 5 dias. Em 09/05/2013 foi chamada por seu marido na porta do supermercado, pois um de seus filhos estava com febre, oportunidade em que saiu às pressas, deixando aberto o caixa e, o que também foi reputado falta trabalhista, trajando uniforme do supermercado. Em 10/05/2013, ao retornar ao trabalho, foi dispensada por justa causa.

GRIVALDO HONYS IBRHA, admissão em 02/02/2004, é gerente da filial Sabará do Supermercado Lucro Alto Ltda., e percebe contraprestação mensal de R\$2.650,00, acrescida de valores referentes às vendas feitas pelos vendedores comissionistas a ele subordinados, o que lhe rende, em média, mais R\$3.450,00 mensais. A loja de Sabará não é das mais lucrativas, tendo Grivaldo obtido o reconhecimento de melhor gerente apenas no ano de 2008, embora seja sempre assíduo ao trabalho. Em 07/05/2013 foi punido pelo Diretor Geral da sociedade empresária em decorrência de ter sido surpreendido com sacolas de compras de supermercado concorrente em seu carro. Justificou-se com a explicação de que os produtos adquiridos não são vendidos nos Supermercados Lucro Alto Ltda., vez que são produtos populares, de marcas mais baratas do que aquelas comercializadas por seu empregador, além do fato de ter sido a compra realizada por sua esposa. Foi suspenso disciplinarmente por 5 dias.

JOSÉ LINDOMAR MYRO, admissão em 02/02/2006, é chefe de manutenção elétrica de todas as lojas dos Supermercados Lucro Alto Ltda., sendo experiente em suas tarefas consistentes em contato permanente com eletricidade. Recebe R\$2.550,00 a título de contraprestação básica por trabalho disponível, além de ser assíduo e cumpridor de seus deveres. Recentemente, em 08/05/2013,

distraído que estava após ter solucionado um problema com um refrigerador de uma das lojas, saiu do supermercado uniformizado e entrou em seu veículo particular, que não estava com o adesivo com a marca de seu empregador no vidro. Em decorrência disso foi advertido e suspenso disciplinarmente por 3 dias. Em 09/05/2013 chegou atrasado ao trabalho, deixando às escuras por 05 minutos a loja para a qual deveria se dirigir logo cedo, o que lhe rendeu dispensa por justa causa.

NAIR OPERINA PRUDENTE é faxineira da sala de reuniões que fica na sede da empresa, lá comparecendo somente às quartas-feiras à noite e às segundas-feiras no turno da manhã, totalizando 12 horas de trabalho por semana, durante 2 dias. Recebe R\$150,00 por dia trabalhado, assinando recibo como "Diarista". Não tem vínculo empregatício reconhecido, pois o empregador fixou seu trabalho como sendo eventual.

Insatisfeito com a gestão de seu empreendimento, que deixou de dar altos lucros, resolveu o Presidente dos Supermercados Lucro Alto Ltda. vender todas as suas lojas para o Supermercado Popular S.A., que assumiu o empreendimento em 11/05/2013. Ao assumir a gestão das lojas o novo dono resolveu dispensar todos os empregados até então contratados pelo antigo patrão, pois não concordava com o disposto no citado Regulamento de Pessoal, o que se dará em 01/06/2013. Para evitar maiores transtornos, após dificuldade na admissão de empregados, resolveu o novo empregador manter após 01/06/2013 apenas os gerentes em seus postos, dispensando todos os demais sem justa causa.

DIANTE DO EXPOSTO, responda às questões que seguem:

a) Com relação ao contrato de emprego mantido com ABRANTES BRUNIS CLÓVIS, responda ao que segue: Considerando o Poder Regulamentar do empregador, foi lícita a punição decorrente do exercício de seu Poder Disciplinar?

SIM NÃO

b) Com relação ao contrato de emprego mantido com DANIELA EVALDA FRINGS, responda ao que segue: Considerando o Poder Regulamentar do empregador, foi lícita a punição decorrente do exercício de seu Poder Disciplinar?

SIM NÃO

Justifique.

c) Com relação ao contrato de emprego mantido com GRIVALDO HONYS IBRHA, responda ao que segue: Considerando o Poder Regulamentar do empregador, foi lícita a punição decorrente do exercício de seu Poder Disciplinar?

SIM NÃO

Justifique.

d) Com relação ao contrato de emprego mantido com JOSÉ LINDOMAR MYRO, responda ao que segue: Considerando o Poder Regulamentar do empregador, foi lícita a punição decorrente do exercício de seu Poder Disciplinar?

SIM NÃO

Justifique.

e) Há vínculo jurídico empregatício entre Supermercados Lucro Alto S.A. e NAIR OPERINA PRUDENTE?

SIM NÃO

Justifique.

QUESTÃO Nº 28. Bento Jr. firmou com Banco do Lucro S.A. um contrato de estágio, com participação da Faculdade de Administração Limitada (fictícia), em que haveria, nos termos formalizados, complementação prática do ensino ministrado. As três partes envolvidas na avença especial cuidaram de todas as formalidades previstas em lei para a boa execução do estágio. Bento Jr. iniciou seu estágio em 01/02/2010, mesma data em que se matriculou no 5º período do curso de Administração Pública. Logo de início recebeu do Gerente de Pessoal suas tarefas: recolher envelopes junto ao autoatendimento, conferir seus conteúdos, receber malotes, calcular taxas, atender ao público em caixas de autoatendimento e promover captação de clientela para produtos bancários, principalmente empréstimos consignados. Como estagiário que era Bento também era responsável por fazer e servir o café aos gerentes, bem como providenciar cópias reprográficas de documentos quando solicitado. Bento é parente do gerente do Banco e por isso foi admitido como estagiário. Bento recebia bolsa de estudos no valor de R\$1.000,00 mensais, além de comissão sobre

empréstimos contratados por indicação dele, fixada em 0,1% do negócio. Seu trabalho, como acontece geralmente com estagiários, era subordinado a todos os empregados do Banco, pois todos se achavam no direito de lhe dar ordens. Em 30/12/2012 Bento colou grau e se formou Bacharel em Administração Pública. Satisfeito com seus serviços, o Banco do Lucro S.A. resolveu admitir Bento como bancário, pagando R\$2.000,00 de salário e todos os direitos trabalhistas próprios da função, mantidas inalteradas as tarefas. Para tanto firmou contrato de experiência, que teve início em 01/01/2013 e previsão de término em 01/03/2013. Findo tal marco o gerente já definira pela não permanência de Bento na agência, pois o quadro de pessoal estava excessivo em razão da queda na procura por seus produtos e serviços. Ocorre que, por sorte de Bento, Fátima Silva acidentou-se quando ia para o trabalho, tendo previsão de alta somente em 01/08/2013. Assim, em 02/03/2013 houve nova contratação por tempo determinado, dessa vez em razão da transitoriedade da necessidade de substituição de Fátima. Em 01/08/2013, com a retomada da clientela, o gerente da agência bancária resolveu firmar novo contrato de emprego com Bento, dessa vez por tempo indeterminado, que teve início em 02/08/2013. Em 05/05/2015 o Banco do Lucro S.A. foi vendido para o Banco Estrangeiro no Brasil Ltda. Sabendo da venda e antes da sua concretização, o Banco do Lucro S.A. dispensou Bento e mais centenas de bancários, o que se deu em 01/05/2015. Ao assumir as operações o Banco Estrangeiro no Brasil admitiu Bento, inicialmente através de contrato de experiência firmado em 07/05/2015. Todos os colegas de Bento foram admitidos na mesma data pelo Banco Estrangeiro no Brasil, inclusive o gerente, que manteve todos os seus subordinados em suas funções ordinárias.

Diante do exposto responda ao que segue:

a) Foi lícita a contratação estagiária no período compreendido entre 01/02/2010 e 30/12/2012?

SIM NÃO

Justificativa fundamentada.

b) Houve vínculo empregatício no período compreendido entre 01/02/2010 e 30/12/2012?

SIM NÃO

Justificativa fundamentada.

c) Foi lícito (e serão válidos seus efeitos) o contrato de experiência firmado em 01/01/2013?

SIM, contrato de experiência NÃO, contrato por tempo indeterminado

Justificativa fundamentada.

d) Foi lícito (e serão válidos seus efeitos) o contrato por tempo determinado firmado em 02/03/2013?

SIM, contrato por tempo determinado NÃO, contrato por tempo indeterminado

Justificativa fundamentada.

QUESTÃO Nº 29. Maria José foi admitida por Distribuidora de Remédios Raros e Caros S.A. em 02/02/2008 para trabalhar no desenvolvimento das tarefas próprias de encarregada de logística, cuidando de atender, nos regimes ordinário, de plantão e extraordinário, diversos clientes de seu empregador. Seu horário contratual formal de trabalho era de 08:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, com uma hora de intervalo para alimentação e descanso, e de 08:00 às 12:00 horas aos sábados. Conforme escala de trabalho Maria José ficava "de plantão", em sua própria residência, nas noites de sexta-feira para sábado (18:00 às 08:00 horas). Também ficava de plantão, em um alojamento dentro do estabelecimento empresarial, nas noites de terça para quarta-feira (18:00 às 08:00 horas). Em ambas as situações Maria José descansava tranquilamente, mas sempre atenta ao telefone celular, pois poderia ser chamada a qualquer momento, para envio de remédios especiais urgentemente. Em média Maria José era chamada 2 vezes por semana, trabalhando em tais circunstâncias, também em média semanal, 05 horas. Às quintas-feiras Maria José trabalhava até 19:00 horas, pois o encarregado do turno da noite não conseguia, em tal dia, chegar no horário "para render" a colega.

Diante de todo o exposto, responda ao que segue:

a) Maria José tem direito à percepção de horas extraordinárias? Caso positivo, diga quantas horas por semana. Justifique.

b) Maria José tem direito de receber valores a título de sobreaviso? Caso positivo, diga quantas horas por semana. Justifique.

c) Maria José tem direito de receber valores a título de prontidão? Caso positivo, diga quantas horas por semana. Justifique.

QUESTÃO Nº 30. (UFOP, DTI, 2/2015) João, jovem trabalhador, nascido aos 21/03/1999, recentemente, no início do ano de 2016, matriculou-se no Curso Técnico de Agroecologia Escola Rural Ltda., fictícia, para o curso técnico em agroecologia. Logo no segundo mês de estudos, em 02/03/2016, conseguiu estágio no Sítio Bob Marley, de propriedade de Asnécio, jovem cinquentão que vive de gastar dinheiro da família e de "comércio alternativo". O sítio é localizado na zona rural do município de Curralinho, não tendo havido a formalização do contrato de estágio, pois Asnécio não quis assinar um documento que pudesse depois comprometê-lo. De fato, entretanto, João aprendeu muito com Asnécio, sobretudo no que diz respeito ao plantio, colheita e transformação da *Cannabis sativa*, posteriormente vendida, no sítio, por João e Asnécio, como maconha. João recebia um salário mínimo a título de bolsa, para trabalhar de segunda-feira a sábado, de 12:00 às 23:00 horas, com uma hora de intervalo para alimentação e descanso.

a) Qual foi a contratação levada a efeito, visto o princípio da primazia da realidade sobre a forma e considerados os planos de existência e validade do ajuste?

- emprego celetista emprego doméstico emprego rural
 diarista estágio não há vínculo empregatício válido

Justifique.

b) João tem direito à percepção de horas extras, visto o caso concreto e nos termos da sua resposta à questão anterior?

- SIM NÃO

Justifique.